



Projeto Conhecimento de Transporte Eletrônico

Nota Técnica 2025.001 – Reforma Tributária do Consumo

Versão 1.01 de 14 de abril de 2025



Sumário

Histórico de Alterações / Cronograma	3
1 Introdução	4
2 Tipos básicos da tributação	4
3 Alteração do leiaute do imposto do CTe	5
4 Código de Classificação Tributária do IBS/CBS	7
5 Validações dos campos do IBS e CBS	7
6 Criação do grupo de compras governamentais no grupo ide	10
7 Total Geral do Documento Fiscal Eletrônico	11
8 Alteração em Regra do CTe Simplificado	11
9 Alterações no Layout do Modal Dutoviário	11
10 Criação do grupo de informações da Declaração de Conteúdo Eletrônica nos documentos originários	13
11 Exceção para Substituição sem exigência do evento de prestação em desacordo para tomador Exterior	14
12 Ajuste na regra que define prazo para CTe Complementar	14
13 Eliminar as opções de contingência SVC da GTVe no Leiaute (Schema)	14
14 Nova regra para CTe OS de Transporte de Valores	14
15 Preparação das expressões regulares do CTe para o futuro CNPJ Alfanumérico	15
16 Ampliação do cStat de retorno para 4 dígitos	15
17 Anexo – Novos Grupos para Reforma Tributária	16
Conhecimento de Transporte Eletrônico– modelo 57	16
Conhecimento de Transporte Eletrônico Simplificado – Modelo 57	17
Conhecimento de Transporte Eletrônicos Outros Serviços – modelo 67	17

Histórico de Alterações / Cronograma

Versão	Histórico de atualizações	Implantação Homologação	Implantação Produção
1.00	• Previsão das informações do IBS/CBS no CTe • Alteração de regras do CTeOS Transporte Valores exigir UF e Mun Fim • Alteração das regras do CTe Simplificado para limitar em apenas um fim de prestação • Alteração no leiaute do Dutoviário • Exceção para não exigir evento de prestação em desacordo na substituição de tomador do EX • Preparação das Expressões Regulares do CNPJ Alfa • Eliminação da SVC para GTVe • Inclusão da DCE nos documentos originários • Ampliação do código de retorno das mensagens suportar até 4 dígitos (cStat)		
1.01	• Correções e orientações sobre aplicação das regras de validação nos ambientes • Renumeração das regras de rejeição • Ajuste no grupo de Tributação regular • Ajuste na regra do CTe Complementar para Multimodal	07/2025	10/2025

Observação: No ambiente de produção as Regras de Validação serão aplicadas somente em janeiro de 2026.

1 Introdução

Com a promulgação da **Lei Complementar nº 214/2025**, foi definida, na **Seção V - Disposições Transitórias, Art. 62 I**, a obrigatoriedade de que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptem os sistemas autorizadores de Documentos Fiscais Eletrônicos (DFe) vigentes para a utilização de **leiaute padronizado**, de modo a permitir que os contribuintes informem os dados relativos ao **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, à **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)** e ao **Imposto Seletivo (IS)**.

Diante disso, **esta Nota Técnica substitui e complementa, no âmbito do CTe, a DFe - Nota Técnica 2024.001 - IBS/CBS v1.10**, mantendo a data de implantação em ambiente de produção para **31/10/2025**, de modo a viabilizar sua **efetiva operacionalização a partir de 01/01/2026**.

A NT modifica o leiaute dos DFe, inserindo os grupos e campos opcionais relacionados a tributação do IBS, CBS e IS, em atendimento à legislação vigente.

Esclarecemos que esta NT poderá ser ajustada ao longo do seu processo de execução, uma vez que as discussões envolvendo a implantação da Reforma Tributária ainda estão em curso.

Vale destacar que, em Produção, no ano de 2025 as informações de tributação relativas ao IBS e CBS serão opcionais e não serão validadas. A partir de janeiro de 2026, as novas regras de validação referentes a tributação do IBS e da CBS serão aplicadas.

Esta documentação descreve as alterações aplicadas aos Documentos:

- ✓ Conhecimento de Transporte Eletrônico (modelo 57);
- ✓ Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços (modelo 67);

2 Tipos básicos da tributação

Em busca de uma padronização entre os diversos documentos fiscais eletrônicos, esta NT introduz o arquivo DFeTiposBasicos_v1.00.xsd ao conjunto dos arquivos que compõem do schema da DFe.

Este arquivo define de forma estruturada a previsão de campos a serem informados para o registro das informações referentes a tributação do IBS e da CBS em um tipo complexo referenciado no leiaute padrão da DFe conforme estrutura abaixo:

3 Alteração do leiaute do imposto do CTe

Este grupo de informações facultativas deve ser adicionado ao final do grupo imposto do CTe, CTe Simplificado e CTe OS.

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
#	IBSCBS	G	imposto	-	0-1	-	Grupo de informações da Tributação IBS/CBS
1	CST	E	IBSCBS	N	1-1	3	Código da Situação Tributária do IBS/CBS
2	cClassTrib	E	IBSCBS	N	1-1	6	Código da Classificação Tributária do IBS/CBS
3	gIBSCBS	G	IBSCBS	-	0-1	-	Grupo de informações específicas do IBS/CBS
4	vBC	E	gIBSCBS	N	1-1	13,2	Valor da Base de cálculo comum a IBS/CBS
5	gIBSUF	G	gIBSCBS	-	1-1	-	Grupo de informações do IBS/CBS de competência das Unidades Federadas
6	pIBSUF	E	gIBSUF	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota do IBS Estadual
7	gDif	G	gIBSUF	-	0-1	-	Grupo de campos do diferimento
8	pDif	E	gDif	N	1-1	3,2/3,4	Percentual de diferimento
9	vDif	E	gDif	N	1-1	13,2	Valor do diferimento
10	gDevTrib	G	gIBSUF	-	0-1	-	Grupo de informações da devolução de tributos
11	vDevTrib	E	gDevTrib	N	1-1	13,2	Valor do tributo devolvido. No fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural e em outras hipóteses definidas no regulamento
12	gRed	G	gIBSUF	-	0-1	-	Grupo de informações da redução de alíquota
13	pRedAliq	E	gRed	N	1-1	3,2/3,4	Percentual da redução de alíquota
14	pAliqEfet	E	gRed	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota efetiva do IBS de competência das UF que será aplicada a base de cálculo
15	vIBSUF	E	gIBSUF	N	1-1	13,2	Valor do IBS de competência da UF
16	gIBSMun	G	gIBSCBS	-	1-1	-	Grupo de informações do IBS/CBS de competência do município
17	pIBSMun	E	gIBSMun	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota do IBS Municipal
18	gDif	G	gIBSMun	-	0-1	-	Grupo de campos do diferimento
19	pDif	E	gDif	N	1-1	3,2/3,4	Percentual de diferimento
20	vDif	E	gDif	N	1-1	13,2	Valor do diferimento
21	gDevTrib	G	gIBSMun	-	0-1	-	Grupo de informações da devolução do tributo
22	vDevTrib	E	gDevTrib	N	1-1	13,2	Valor do tributo devolvido. No fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural e em outras hipóteses definidas no regulamento
23	gRed	G	gIBSMun	-	0-1	-	Grupo de informações da redução de alíquota
24	pRedAliq	E	gRed	N	1-1	3,2/3,4	Percentual da redução de alíquota
25	pAliqEfet	E	gRed	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota efetiva do IBS de competência das UF que será aplicada a base de cálculo
26	vIBSMun	E	gIBSMun	N	1-1	13,2	Valor do IBS de competência do município
27	gCBS	G	gIBSCBS	-	1-1	-	Grupo de informações da CBS
28	pCBS	E	gCBS	N	1-1	3,2/3,4	Alíquota da CBS
29	gDif	G	gCBS	-	0-1	-	Grupo de campos do diferimento
30	pDif	E	gDif	N	1-1	3,2/3,4	Percentual de diferimento
31	vDif	E	gDif	N	1-1	13,2	Valor do diferimento

32	gDevTrib	G	gCBS	-	0-1	-	Grupo de informações da devolução do tributo
33	vDevTrib	E	gDevTrib	N	1-1	13,2	Valor da CBS devolvida. No fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural e em outras hipóteses definidas no regulamento
34	gRed	G	gCBS	-	0-1	-	Grupo de informações da redução de aliquota
35	pRedAliq	E	gRed	N	1-1	3,2/3,4	Percentual da redução de aliquota
36	pAliqEfet	E	gRed	N	1-1	3,2/3,4	Aliquota efetiva da CBS que será aplicada a base de cálculo
37	vCBS	E	gCBS	N	1-1	13,2	Valor da CBS
38	gTribRegular	G	gIBSCBS	-	0-1	-	Grupo de informações da Tributação Regular. Informar como seria a tributação caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva. Exemplo 1: Art. 442, §4. Operações com ZFM e ALC. Exemplo 2: Operações com suspensão do tributo..
39	CSTReg	E	gTribRegular	N	1-1	3	Código da Situação Tributária Informado como seria o CST caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
40	cClassTribReg	E	gTribRegular	N	1-1	6	Código de Classificação Tributária Informado como seria o cClassTrib caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
41	pAliqEfetRegIBSUF	E	gTribRegular	N	1-1	3,2/3,4	Aliquota efetiva da UF Informado a aliquota caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
42	vTribRegIBSUF	E	gTribRegular	N	1-1	13,2	Informado como seria o valor do Tributo da UF caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
43	pAliqEfetRegIBSMun	E	gTribRegular	N	1-1	3,2/3,4	Aliquota efetiva do Município Informado a aliquota caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
44	vTribRegIBSMun	E	gTribRegular	N	1-1	13,2	Informado como seria o valor do Tributo do Município caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
45	pAliqEfetRegCBS	E	gTribRegular	N	1-1	3,2/3,4	Aliquota efetiva da CBS Informado a aliquota caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
46	vTribRegICBS	E	gTribRegular	N	1-1	13,2	Informado como seria o valor do Tributo CBS caso não cumprida a condição resolutória/suspensiva
47	gIBSCredPres	G	gIBSCBS	-	0-1	-	Grupo de Informações do Crédito Presumido, quando aproveitado pelo emitente do documento.
48	cCredPres	E	gIBSCredPres	N	1-1		Código do Crédito Presumido (ver Tabela)
49	pCredPres	E	gIBSCredPres	N	1-1	3,2/3,4	Percentual de crédito presumido
50	vCredPres	CE	gIBSCredPres	N	1-1	13,2	Valor do crédito presumido
51	vCredPresCondSus	CE	gIBSCredPres	N	1-1	13,2	Valor do Crédito Presumido Condição Suspensiva Preencher apenas para cCredPres com indicacao de Condição Suspensiva
52	gCBSCredPres	G	gIBSCBS	-	0-1	-	Grupo de Informações do Crédito Presumido, quando aproveitado pelo emitente do documento.
53	cCredPres	E	gCBSCredPres	N	1-1		Código do Crédito Presumido (ver Tabela)
54	pCredPres	E	gCBSCredPres	N	1-1	3,2/3,4	Percentual de crédito presumido
55	vCredPres	CE	gCBSCredPres	N	1-1	13,2	Valor do crédito presumido
56	vCredPresCondSus	CE	gCBSCredPres	N	1-1	13,2	Valor do Crédito Presumido Condição Suspensiva Preencher apenas para cCredPres com indicacao de Condição Suspensiva

4 Código de Classificação Tributária do IBS/CBS

O grupo de informações do IBS, CBS e IS associado aos itens do documento fiscal contém o Código de Situação Tributária (CST) e Código de Classificação Tributária (cClassTrib) do IBS, CBS e IS. O Informe Técnico RT 2024.001 divulga a publicação da tabela com esta codificação, que está disponível no Portal Nacional da NF-e (www.nfe.fazenda.gov.br), na aba “Documentos”, opção “Diversos” e no portal dos Documentos Fiscais Eletrônicos (dfe-portal.svrs.rs.gov.br).

Cada código “cClassTrib” corresponde a um dispositivo específico da Lei Complementar nº 214/2025, tornando objetiva a informação prestada pelo contribuinte quanto à forma como interpreta a tributação do IBS e da CBS para cada DFe.

A tabela também contém indicadores que vinculam de forma dinâmica códigos “CST-IBS/CBS” e “cClassTrib” com as Regras de Validação descritas nesta NT, ou que contém informações necessárias para a preparação das apurações assistidas do IBS e da CBS, em atendimento ao disposto na legislação vigente.

Vale ressaltar que a tabela poderá sofrer alterações em virtude de aperfeiçoamentos, novidades introduzidas em sede de Regulamento, ou para atender a necessidades relacionadas à apuração assistida do IBS e da CBS.

5 Validações dos campos do IBS e CBS

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
001	Não informado grupo de imposto IBS e CBS (grupo: imp/IBSCBS)	Obrig.	310	Rej.	Rejeição: IBS / CBS não informado
002	Se CST do IBS/CBS for informado, este deve existir na tabela de Código de Situação Tributária (tag: IBSCBS/CST)	Obrig.	311	Rej.	Rejeição: CST informado inexistente
003	Se cClassTrib for informado, este deve existir na tabela de Classificação Tributária do IBS/CBS (tag: IBSCBS/cClassTrib)	Obrig.	312	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária informada inexistente
004	Verificar se o CST informado é compatível com o cClassTrib	Obrig.	313	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária incompatível com o CST informado
005	Se o CST informado VEDAR preenchimento do grupo de informações específicas do IBS/CBS, este grupo NÃO DEVE estar informado (grupo: gIBSCBS)	Obrig.	314	Rej.	Rejeição: Grupo IBS/CBS não deve ser preenchido para o CST informado
006	Se o CST informado EXIGIR preenchimento do grupo de informações específicas do IBS/CBS, este grupo DEVE estar informado (grupo: gIBSCBS)	Obrig.	315	Rej.	Rejeição: Grupo IBS/CBS deve ser preenchido para o CST informado
007	Se informado grupo IBS de competência das Unidades Federadas (gIBSUF): A alíquota de IBS da UF (pIBSUF) deverá ser igual a 0,1% para documento com data de emissão no ano de 2026. Art. 343 da LC 214/25	Obrig.	316	Rej.	Rejeição: Alíquota do IBS da UF deve ser igual a 0,1% para documento emitido em 2026
008	Se informado grupo IBS de competência das Unidades Federadas (gIBSUF): A alíquota de IBS da UF (pIBSUF) deverá ser igual a 0,05% para documento com data de emissão nos anos de 2027 a 2028. Art. 344 da LC 214/25	Obrig.	317	Rej.	Rejeição: Alíquota do IBS da UF deve ser igual a 0,05% para documento emitido em 2027 e 2028
009	Se informado grupo IBS de competência das Unidades Federadas (gIBSUF): O valor do IBS (vIBSUF) deverá ser resultante da Base de Cálculo x Alíquota (vBC x pIBSUF) Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos Observação 2: Em caso de preenchimento do grupo de redução (gRed) a alíquota utilizada deverá ser a tag Alíquota Efetiva (pAliqEfet)	Obrig.	318	Rej.	Rejeição: Valor do IBS UF diferente de Base de Cálculo x Alíquota
010	Se CST informado exigir informação de Diferimento para o IBS Estadual, o grupo gDif deve estar informado	Obrig.	319	Rej.	Rejeição: CST informado obriga informação de diferimento Estadual

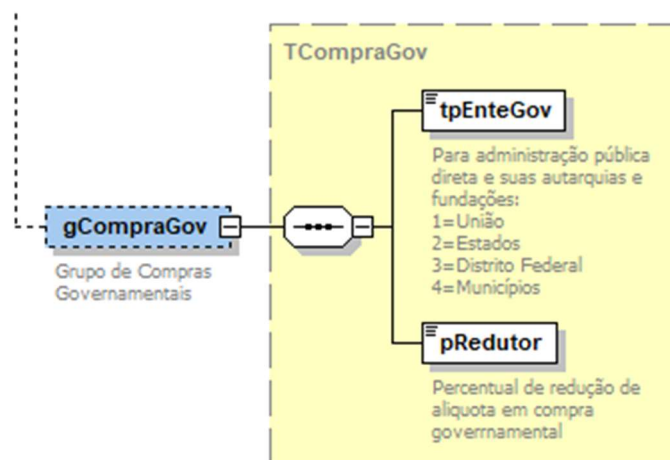
011	Se informado grupo do Diferimento (gIBSUF/gDif): O valor do Diferimento (vDif) deverá ser resultante da Base de Cálculo x Percentual do Diferimento (vBC x pDif)	Obrig.	320	Rej.	Rejeição: Valor do Diferimento da UF diferente de Base de Cálculo x Percentual
	Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos				
012	Se informado grupo IBS de competência dos Municípios (gIBSMun): A alíquota de IBS do Município (pIBSMun) deverá ser igual a 0 para documento com data de emissão no ano de 2026. Art. 343 da LC 214/25	Obrig.	321	Rej.	Rejeição: Alíquota do IBS do Município deve ser igual a zero para documento emitido em 2026
013	Se informado grupo IBS de competência dos Municípios (gIBSMun): A alíquota de IBS do Município (pIBSMun) deverá ser igual a 0,05% para documento com data de emissão nos anos de 2027 a 2028. Art. 344 da LC 214/25	Obrig.	322	Rej.	Rejeição: Alíquota do IBS do Município deve ser igual a 0,05% para documento emitido em 2027 e 2028
014	Se informado grupo IBS de competência dos Municípios (gIBSMun): O valor do IBS (vIBSMun) deverá ser resultante da Base de Cálculo x Alíquota (vBC x pIBSMun)	Obrig.	323	Rej.	Rejeição: Valor do IBS Municipal diferente de Base de Cálculo x Alíquota
	Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos Observação 2: Em caso de preenchimento do grupo de redução (gRed) a alíquota utilizada deverá ser a tag Alíquota Efetiva (pAliqEfet)				
015	Se CST informado exigir informação de Diferimento para o IBS Municipal, o grupo gDif deve estar informado	Obrig.	324	Rej.	Rejeição: CST informado obriga informação de diferimento Municipal
016	Se informado grupo do Diferimento (gIBSMun/gDif): O valor do Diferimento (vDif) deverá ser resultante da Base de Cálculo x Percentual do Diferimento (vBC x pDif)	Obrig.	325	Rej.	Rejeição: Valor do Diferimento do Município diferente de Base de Cálculo x Percentual
	Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos				
017	Se informado grupo CBS (gCBS): A alíquota da CBS (pCBS) deverá ser igual a 0,9% para documento com data de emissão no ano de 2026. Art. 343 da LC 214/25	Obrig.	326	Rej.	Rejeição: Alíquota da CBS deve ser igual a 0,9% para documento emitido em 2026
018	Se informado grupo CBS (gCBS): O valor do CBS (vCBS) deverá ser resultante da Base de Cálculo x Alíquota (vBC x pCBS)	Obrig.	327	Rej.	Rejeição: Valor do CBS diferente de Base de Cálculo x Alíquota
	Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos Observação 2: Em caso de preenchimento do grupo de redução (gRed) a alíquota utilizada deverá ser a tag Alíquota Efetiva (pAliqEfet)				
019	Se CST informado exigir informação de Diferimento para o CBS, o grupo gDif deve estar informado	Obrig.	328	Rej.	Rejeição: CST informado obriga informação de diferimento do CBS
020	Se informado grupo do Diferimento (gCBS/gDif): O valor do Diferimento (vDif) deverá ser resultante da Base de Cálculo x Percentual do Diferimento (vBC x pDif)	Obrig.	329	Rej.	Rejeição: Valor do Diferimento do CBS diferente de Base de Cálculo x Percentual
	Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos				
021	Se CST informado exigir informação de tributação regular, o grupo gTribRegular deve estar informado	Obrig.	330	Rej.	Rejeição: CST informado obriga informação da tributação regular
022	Se informado grupo da tributação regular (gTribRegular): O CST Regular informado no grupo gTribRegular deve existir na tabela de Código de Situação Tributária (gTribRegular/CSTReg)	Obrig.	331	Rej.	Rejeição: CST informado no grupo de tributação regular inexistente
023	Se informado grupo da tributação regular (gTribRegular): O cClassTrib regular for informado, este deve existir na tabela de Classificação Tributária do IBS/CBS (tag: gTribRegular/cClassTribReg)	Obrig.	332	Rej.	Rejeição: Classificação Tributária informada no grupo de tributação regular inexistente

024	Se informado grupo da tributação regular (gTribRegular): O valor do tributo regular de IBS dos Estados (vTribRegIBSUF) deverá ser resultante da Base de Cálculo do item x Alíquota Efetiva Regular de IBS da UF (vBC x pAliqEfetRegIBSUF)	Obrig.	333	Rej.	Rejeição: Valor da tributação regular da UF diferente de Base de Cálculo x Alíquota Regular
	Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos				
025	Se informado grupo da tributação regular (gTribRegular): O valor do tributo regular de IBS dos Municípios (vTribRegIBSMun) deverá ser resultante da Base de Cálculo do item x Alíquota Efetiva Regular de IBS do Município (vBC x pAliqEfetRegIBSMun)	Obrig.	334	Rej.	Rejeição: Valor da tributação regular do Município diferente de Base de Cálculo x Alíquota Regular
	Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos				
026	Se informado grupo da tributação regular (gTribRegular): O valor do tributo regular de CBS (vTribRegCBS) deverá ser resultante da Base de Cálculo do item x Alíquota Efetiva Regular de CBS (vBC x pAliqEfetRegCBS)	Obrig.	335	Rej.	Rejeição: Valor da tributação regular da CBS diferente de Base de Cálculo x Alíquota Regular
	Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos				
027	Se CST informado exigir informação de Crédito Presumido para o IBS, o grupo gIBSCredPres deve estar informado	Obrig.	336	Rej.	Rejeição: CST informado obriga informação de crédito presumido para o IBS
028	Se informado grupo do crédito presumido (gIBSCredPres): O valor do cCredPres deve existir na tabela de códigos de crédito presumido	Obrig.	337	Rej.	Rejeição: Código de crédito presumido do IBS inexistente
029	Se o cCredPres do IBS possuir indicação de Condição Suspensiva e a tag vCredPresCondSus não estiver informada	Obrig.	338	Rej.	Rejeição: O valor do crédito presumido (condição suspensiva) para o IBS deve ser informado
030	Se o cCredPres do IBS NÃO possuir indicação de Condição Suspensiva e a tag vCredPres não estiver informada	Obrig.	339	Rej.	Rejeição: O valor do crédito presumido para o IBS deve ser informado
031	Se informado grupo do crédito presumido (gIBSCredPres) COM Condição Suspensiva: O valor do Crédito Presumido Condição Suspensiva (vCredPresCondSus) deverá ser resultante da Base de Cálculo x Percentual do Crédito Presumido (vBC x pCredPres)	Obrig.	340	Rej.	Rejeição: Valor do Crédito Presumido Condição Suspensiva de IBS diferente de Base de Cálculo x Percentual
	Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos				
032	Se informado grupo do crédito presumido (gIBSCredPres) SEM Condição Suspensiva: O valor do Crédito Presumido (vCredPres) deverá ser resultante da Base de Cálculo x Percentual do Crédito Presumido (vBC x pCredPres)	Obrig.	341	Rej.	Rejeição: Valor do Crédito Presumido de IBS diferente de Base de Cálculo x Percentual
	Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos				
033	Se informado grupo do crédito presumido (gCBSCredPres): O valor do cCredPres deve existir na tabela de códigos de crédito presumido	Obrig.	342	Rej.	Rejeição: Código de crédito presumido da CBS inexistente
034	Se o cCredPres da CBS possuir indicação de Condição Suspensiva e a tag vCredPresCondSus não estiver informada	Obrig.	343	Rej.	Rejeição: O valor do crédito presumido (condição suspensiva) para a CBS deve ser informado
035	Se o cCredPres da CBS NÃO possuir indicação de Condição Suspensiva e a tag vCredPres não estiver informada	Obrig.	344	Rej.	Rejeição: O valor do crédito presumido para a CBS deve ser informado

036	Se informado grupo do crédito presumido (gCBSCredPres) COM Condição Suspensiva: O valor do Crédito Presumido Condição Suspensiva (vCredPresCondSus) deverá ser resultante da Base de Cálculo x Percentual do Crédito Presumido (vBC x pCredPres)	Obrig.	345	Rej.	Rejeição: Valor do Crédito Presumido Condição Suspensiva de CBS diferente de Base de Cálculo x Percentual
Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos					
037	Se informado grupo do crédito presumido (gCBSCredPres) SEM Condição Suspensiva: O valor do Crédito Presumido (vCredPres) deverá ser resultante da Base de Cálculo x Percentual do Crédito Presumido (vBC x pCredPres)	Obrig.	346	Rej.	Rejeição: Valor do Crédito Presumido de CBS diferente de Base de Cálculo x Percentual
Observação: Aceitar uma tolerância de 0,01 a mais ou a menos					

6 Criação do grupo de compras governamentais no grupo ide

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
#	gCompraGov	G	ide	-	0-1	-	
	tpEnteGov	E	Tipo de Ente	N	1-1	1	Para administração pública direta e suas autarquias e fundações: 1=União 2=Estados 3=Distrito Federal 4=Municípios
	pRedutor	E	Percentual de redução de alíquota em compra governamental	N	1-1	3v2-4	Conforme LC 214/25: TÍTULO II DAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS, Art. 472



#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
001	Se informado o grupo de informações de compra governamental (grupo:ide:gCompraGov), o BPe de compra governamental deve ter alíquota de outros entes igual a zero. Para compra da união (tag: tpEnteGov = 1): - Alíquota do IBS da UF (tag: pIBSUF) deve ser igual a zero. - Alíquota do IBS do Município (tag: pIBSMun) deve ser igual a zero. Para compra estadual (tag: tpEnteGov = 2): - Alíquota do IBS do Município (tag: pIBSMun) deve ser igual a zero.	Obrig.	347	Rej.	Rejeição: BPe de compra governamental e alíquota dos outros entes diferentes de zero.

- Alíquota da CBS (tag: pCBS) deve ser igual a zero.

Para compra do DF (tag: tpEnteGov = 3)

- Alíquota da CBS (tag: pCBS) deve ser igual a zero.

Para compra municipal (tag: tpEnte = 4)

- Alíquota do IBS da UF (tag: pIBSUF) deve ser igual a zero.
- Alíquota da CBS (tag: pCBS) deve ser igual a zero.

Observação: Conforme LC 214/25: TÍTULO II - DAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS, Art. 473

7 Total Geral do Documento Fiscal Eletrônico

Deverá ser criada a tag Valor Total do DFe (vTotDFe).

No CTe, CTe Simplificado, CTe OS essa tag aparecerá dentro do grupo imp, após o grupo IBSCBS.

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Descrição/Observação
01	vTotDFe	E	imp	E	0-1	13,2	Valor total do documento fiscal vTPrest + total do IBS + total da CBS

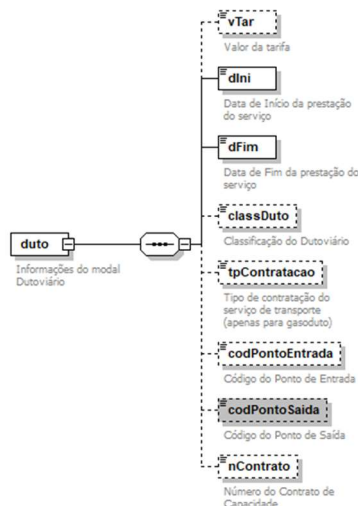
#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
01	O total geral do DFe deverá ser a soma do total da prestação (vTPrest) + vTotIBS + vTotCBS Exceção: Em 2026 não somar vTotIBS e vTotCBS Observação: Implementação futura	Obrig.	365	Rej.	Rejeição: Total do DFe inválido

8 Alteração em Regra do CTe Simplificado

G101a	O município de fim de prestação em todos os itens do CTe Simplificado (det:cMunFim) devem ser iguais	Obrig.	370	Rej.	Rejeição: O CTe Simplificado deve ter a prestação terminada em apenas um município
-------	--	--------	-----	------	--

9 Alterações no Layout do Modal Dutoviário

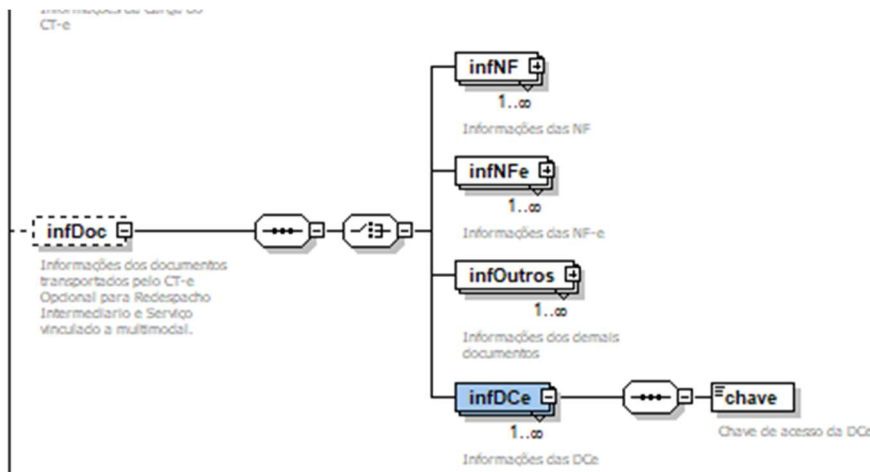
Foram criados campos no schema específico do Modal Dutoviário.



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tam	Observações
1	duto	0	Informações do modal Dutoviário	G		1 - 1		
2	vTar	1	Valor da tarifa	E	C	0 - 1	9, 6	15 posições, sendo 9 inteiras e 6 casas decimais.
3	dIni	1	Data de Início da prestação do serviço	E	D	1 - 1	10	
4	dFim	1	Data de Fim da prestação do serviço	E	D	1 - 1	10	
5	classDuto	1	Classificação Dutoviário	E	N	0-1	1	Informar: 1 – Gasoduto; 2 – Mineroduto ou 3 - Oleoduto
6	tpContratacao	1	Tipo de contratação do serviço de transporte (apenas para gasoduto)	E	N	0-1	1	Informar: 0 – Ponto a ponto 1 – Capacidade de Entrada ou 2 – Capacidade de Saída
7	codPontoEntrada	1	Código do Ponto de Entrada	E	C	0-1	20	
8	codPontoSaida	1	Código do Ponto de Saída	E	C	0-1	20	
9	nContrato	1	Número do Contrato de Capacidade	E	C	0-1	20	

#	Regra de Validação	Aplic.	cStat	Efeito	Mensagem
001	Se informado classificação do dutoviário = Gasoduto (tag: classDuto = 1), o tipo de contratação deve ser informado (tag: tpContratacao)	Obrig.	371	Rej.	Rejeição: Tipo de contratação deve ser informado para tipo de dutoviário gasoduto
002	Se Tipo de contratação for ponto a ponto (tag: tpContratacao=0), os campos do código dos pontos de entrada e saída devem ser informados	Obrig.	372	Rej.	Rejeição: Dutoviário com tipo de contratação ponto a ponto deve informar Código dos pontos de entrada e saída
003	Se Tipo de contratação for capacidade de entrada (tag: tpContratacao=1), o campo do código do ponto de entrada deve ser informado	Obrig.	373	Rej.	Rejeição: Dutoviário com tipo de contratação capacidade de entrada deve informar Código do ponto de entrada
004	Se Tipo de contratação for capacidade de saída (tag: tpContratacao=2), o campo do código do ponto de saída deve ser informado	Obrig.	374	Rej.	Rejeição: Dutoviário com tipo de contratação capacidade de saída deve informar Código do ponto de saída

10 Criação do grupo de informações da Declaração de Conteúdo Eletrônica nos documentos originários

[illegible]

G045f	Se Tipo do CTe= 0 (Normal) ou 3 (Substituição) e informados grupos de informações de documentos (infDoc) e DCE (infDCE), para cada uma das DCE's relacionadas: - Acessar BD CHAVES DCE (Chave: UF, CNPJ/CPF Emit, Modelo, Série, Nro): - A DCE não pode estar cancelada Retornar a primeira chave de acesso de DCE com situação inválida.	Facult.	379	Rej.	Rejeição: DCE não pode estar cancelada ou denegada
-------	--	---------	-----	------	--

As regras G45d, G45e e G45f dependem do ambiente de autorização do CTe possuir acesso a base de dados de DCE.

11 Exceção para Substituição sem exigência do evento de prestação em desacordo para tomador Exterior

A exigência do registro do tomador de prestação de serviço em desacordo para permitir a substituição de um CTe se torna impeditiva quando o tomador for pessoa do exterior, uma vez que esta não tem meios para autorizar o evento.

G084/ H067	Se Tipo do CTe=3 (Substituição): - O CTe substituído deve possuir evento de Prestação do Serviço em Desacordo em situação autorizado.	Obrig	739	Rej.	Rejeição: O CTe substituído deve possuir evento de Prestação do Serviço em Desacordo
Observação: Eventos de Cancelamento do Evento de Prestação em desacordo anulam eventos de Prestação em Descordo Exceção: O evento não será exigido para CTe com tomador do exterior					

12 Ajuste na regra que define prazo para CTe Complementar

[illegible]

13 Eliminar as opções de contingência SVC da GTVe no Leiaute (Schema)

A GTVe já possui previsão de emissão offline, portanto não há necessidade do schema e do ambiente de autorização suportar emissão em contingência SVC

Alteração: tag tpEmis aceita apenas os valores 1 – Normal e 2- Contingência offline

14 Nova regra para CTe OS de Transporte de Valores

Devido a apuração do imposto na reforma tributária ser em razão da UF e município de destino, o CTe OS de Transporte de Valores deverá passar a exigir essas informações.

H020a	Se tipo de serviço = Transporte de Valores - UF de fim e Município de Fim da prestação devem estar preenchidos	Obrig.	380	Rej.	Rejeição: UF e Município de Fim da prestação devem estar preenchidos para Transporte de Valores
-------	---	--------	-----	------	---

15 Preparação das expressões regulares do CTe para o futuro CNPJ Alfanumérico

As alterações serão feitas no arquivo de tipos gerais e aplicam-se automaticamente a todos campos do tipo CNPJ e Chave de acesso em qualquer um dos schemas do projeto CTe, entretanto, até que seja publicada uma Nota Técnica que modifica as validações desses campos, as letras não devem ser utilizadas.

A expressão regular que valida um campo do tipo CNPJ é: `[0-9]{14}`

Alteração: a Expressão regular do CNPJ passa a aceitar letras maiúsculas nas primeiras 12 posições:

`[A-Z0-9]{12}[0-9]{2}`

Expressão Regular Atual da Chave de Acesso é: `[0-9]{44}`

Alteração: a expressão regular passa a suportar letras maiúsculas nas 12 primeiras posições que correspondem ao CNPJ dentro da chave de acesso: **`[0-9]{6}[A-Z0-9]{12}[0-9]{26}`**

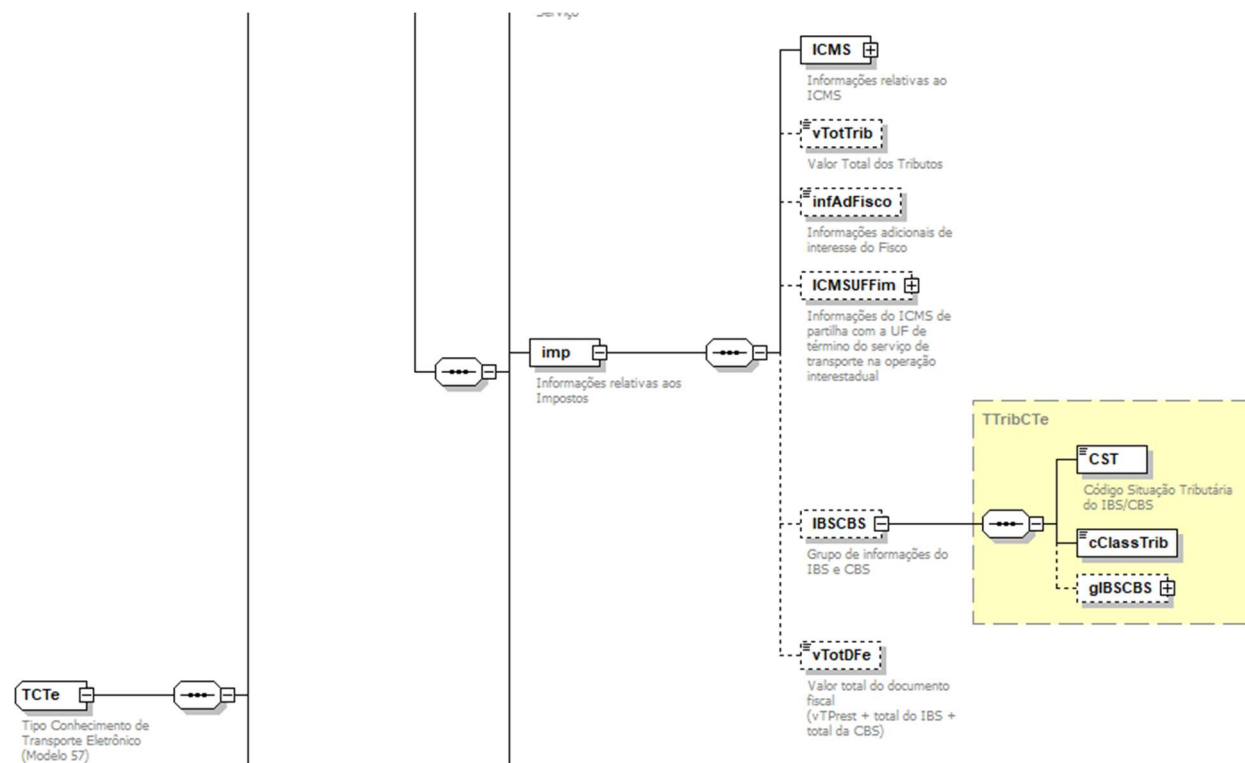
16 Ampliação do cStat de retorno para 4 dígitos

A expressão regular que define a tag cStat dos schemas de retorno de todos os serviços passa a suportar até códigos com 4 dígitos.

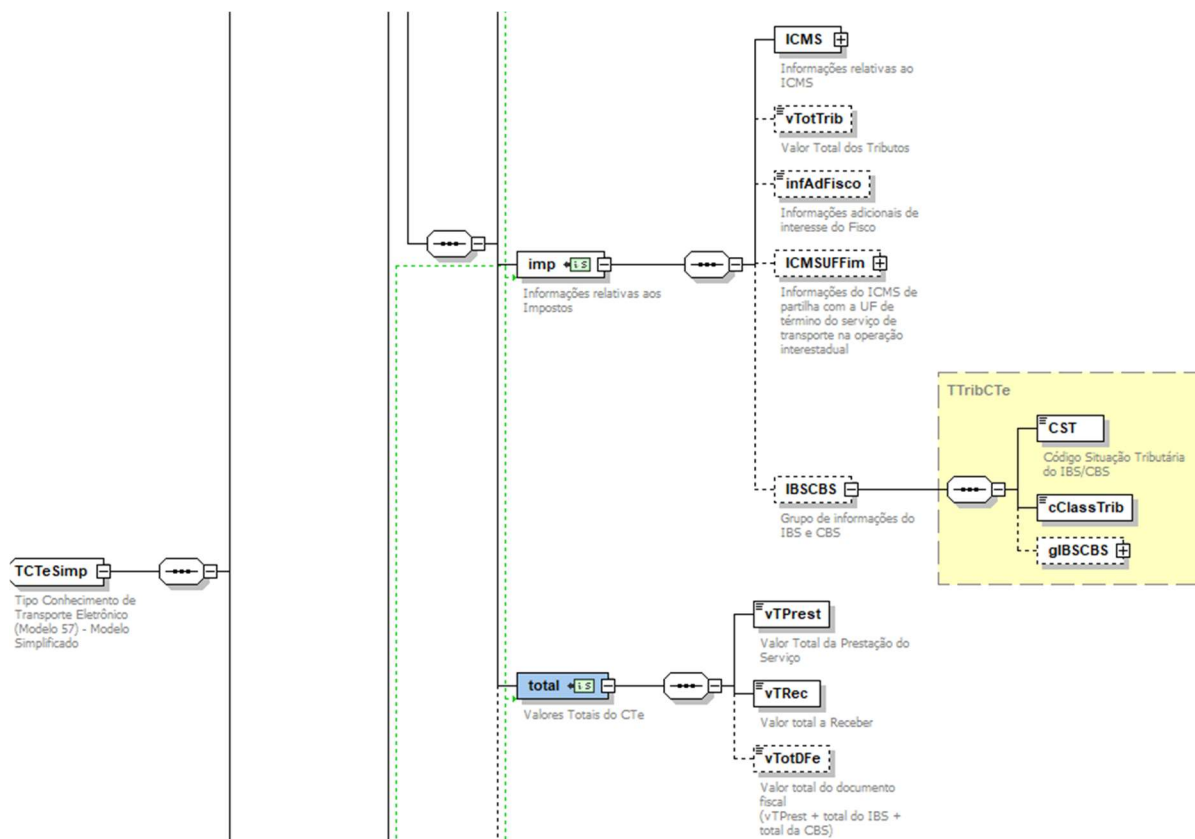
Nova expressão regular para o tipo TStat do arquivo Tipos Geral: `[0-9]{3,4}`

17 Anexo – Novos Grupos para Reforma Tributária

Conhecimento de Transporte Eletrônico– modelo 57



Conhecimento de Transporte Eletrônico Simplificado – Modelo 57



Conhecimento de Transportes Eletrônicos Outros Serviços – modelo 67

